

Sentido, referência e designação rígida, um diálogo entre Frege, Kaplan e Perry

Evandro C. Godoy¹

RESUMO: A distinção entre sentido e referência (*Sinn* e *Bedeutung*) proposta por Frege acabou sendo decisiva para as discussões acerca da semântica na contemporaneidade, cujo foco determinante localiza-se na relação entre linguagem e ontologia. Este breve texto pretende apresentar a estrutura básica da teoria semântica de Frege, evidenciando suas influências sobre a teoria da referência direta, formulada a partir dos trabalhos de Kripke e Putnam, e desenvolvida posteriormente, sobretudo na perspectiva das expressões indexicais, por Kaplan e Perry. Por meio de um breve contraste entre as teorias pretende-se evidenciar as seguintes teses: i) Frege tem uma teoria coerente e articulada; ii) sua teoria é imune aos problemas mais preocupantes para a nova teoria da referência; iii) na perspectiva fregeana é aceitável que a expressão ‘eu’ comporte um sentido incomunicável; iv) há uma diferença de ponto de vista entre a proposta de Frege e a de Kaplan e Perry.

Palavras-chave: Frege; sentido e referência; referência direta; indexicais; Kaplan; Perry

Muitas são as repercussões da proposta logicista fregeana nos estudos contemporâneos sobre linguagem e semântica, alcançando inclusive as discussões acerca dos processos cognitivos. Sobretudo quando estes são considerados da perspectiva da significação das expressões linguísticas e do papel dos conteúdos mentais. Neste sentido podem ser tomadas as discussões sobre as expressões da linguagem cuja apreensão do significado depende, em alguma medida, do contexto. Esta classe de expressões é denominada de indexicais e engloba expressões tais como ‘este’, ‘aquele’, ‘agora’, ‘eu’, ‘aqui’, etc., e que se apoiam no contexto para determinar seu significado.

O presente texto busca evidenciar o papel marcante das contribuições de Frege na Filosofia da Linguagem e de modo especial no tratamento das expressões indexicais, explicitando suas influências sobre as propostas contemporâneas, sobretudo sobre a nova teoria da referência direta formulada na segunda metade do século XX. Assim, após uma

¹ Mestre em Filosofia pela UFSM, doutorando PPG Filosofia UFRGS e professor de Filosofia na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha.

breve apresentação das principais teses que constituem a semântica fregeana – numa primeira seção –, o texto apresentará resumidamente – numa segunda seção – o tratamento das expressões indexicais desenvolvida por Kaplan e Perry no seio da teoria da referência direta. Ao final – numa terceira seção –, por meio de um balanço das teorias e do confronto dos resultados, pretende-se evidenciar que a proposta de Frege é coerente e consistente, chegando a ser considerada superior por alguns autores, por ser imune a problemas graves para a nova teoria.

1. Pensamento e indexicalidade em Frege

As noções de sentença assertiva, pensamento e valor de verdade, bem como suas inter-relações, constituem o ferramental básico e inicial da semântica fregeana. Em *O Pensamento, uma investigação lógica*², Frege explicita que usa a expressão técnica ‘pensamento’ para “*algo para o qual se pode perguntar pela verdade*”³, ou seja, os pensamentos são os portadores de verdade no seu sistema.

A compreensão do modo como Frege interpretou a semântica pressupõe a articulação da distinção sentido e referência (*Sinn e Bedeutung*) com a análise da proposição em função e argumento. De acordo com ele, toda a sentença assertiva tem um sentido, que é o pensamento expresso por ela, e uma referência, que é o valor de verdade do pensamento. Toda a sentença com sentido e referência é composta de uma (ou mais) expressão saturada – um nome – e uma expressão insaturada – uma função de uma aridade qualquer. Cada uma destas expressões, nome e função, trazem consigo um sentido e uma referência, o sentido de um nome é o modo de apresentação do objeto que nomeia, o objeto nomeado é a referência. O sentido de uma função é um modo de apresentação de uma propriedade ou relação, a referência é a própria propriedade ou a relação que é apresentada. (Frege, 1879, § 9, 1892 e 1892-5.)⁴

Frege argumenta que os pensamentos pertencem a um “terceiro reino”, eterno, imutável e, sobretudo, objetivo, assumindo assim uma posição a qual Beaney denomina de ‘semainomenalismo’⁵. De acordo com *O Pensamento* (1918), há três reinos de entidades: o

² Frege, 1918.

³ Frege, 1918, p. 60 (a paginação indicada é da versão original, em alemão, as citações seguem a tradução de Paulo Alcoforado).

⁴ Passaremos por alto o impasse acerca de como interpretar estas e outras teses de Frege – em especial a que reza que a saturação/insaturação é propriedade tanto das expressões lingüísticas, quanto de seus sentidos e referências; tese que radicalizada, acaba por levar Frege a considerar paradoxal usarmos expressões saturadas para referir a insaturadas. É o caso de “o conceito de cavalo”, detalhes ver FREGE 1892b.

⁵ ‘Semainomenalismo’ (*semainomenalism*) é a posição metafísica segundo a qual é o mundo dos pensamentos que tem o *status* mais fundamental. Esta tese opõe-se ao ‘fenomenalismo’, que defende que o mundo dos fenômenos (idéias, impressões sensíveis, sensações, etc.) é a realidade primária, e ao ‘noumenalismo’, tese de

reino das idéias, que é essencialmente subjetivo; o reino das coisas sensíveis, das coisas que são materiais e objetivas; e o reino dos pensamentos, que é objetivo, mas não é sensível. Esta obra de Frege é de capital importância aqui, na medida em que aponta o modo como os habitantes deste terceiro reino podem ter relação com o reino subjetivo. A saber, assumindo a forma sensível de uma sentença; ou seja, o veículo para apreensão e expressão dos pensamentos é a linguagem, falada ou escrita. Uma vez que o nosso acesso aos pensamentos se dá através da linguagem, a análise da linguagem se torna central para uma teoria da compreensão dos pensamentos.

O primeiro passo para a explicitação da nossa relação com os pensamentos é a compreensão da distinção do conteúdo de uma sentença e a força assertiva. Frege afirma que podemos apreender ou expressar um pensamento sem saber ou afirmar que é verdadeiro. Isto é o que acontece, por exemplo, com perguntas que podem ser respondidas somente com sim ou não (*satzfragen*); elas expressam um pensamento, e o sim ou não corresponderiam à atribuição de um valor de verdade ao pensamento. Por isto, de acordo com Frege⁶, é preciso distinguir entre apreender (*fassen*) o pensamento (pensar), reconhecer a verdade do pensamento (julgar) e manifestar o juízo (*asserir*)⁷.

Ao propor à linguagem o papel de mediar o acesso ao terceiro reino por parte da mente, Frege não está defendendo uma relação homomórfica entre linguagem e pensamento, pois é ponto importante para sua teoria que diferentes sentenças possam expressar o mesmo pensamento. Aliás, este chega a ser um caso comum, o próprio Frege chama atenção para o fato de que, por exemplo, ao se transformar uma sentença da voz ativa para a passiva, a sentença resultante continua expressando o mesmo pensamento. Embora seja claro que esta transformação mude a sentença, as variações não modificam o pensamento expresso.

Nestes e noutros casos, o conteúdo da sentença ultrapassa o pensamento expresso, mudando a ênfase sobre as partes da sentença. Isto acontece também nos casos onde as variações pretendem despertar sentimentos no interlocutor, como nas artes em geral. Mas, é a situação oposta o nosso maior ponto de interesse; ou seja, o caso onde as meras palavras não são suficientes para a expressão do pensamento. Este é exatamente o caso de sentenças contendo indexicais.

que a realidade mais fundamental é a do reino das coisas. (cf. Beaney, 1997, p. 30-1)

⁶ Frege, 1918, p. 62.

⁷ Segundo Frege estas distinções apanham o que é usual na ciência: primeiro apreende-se um pensamento – que pode ser expresso por meio de uma questão proposicional (*satzfrage*) – depois das investigações pertinentes, se reconhece o valor de verdade deste pensamento. O reconhecimento da verdade de um pensamento pode ser expresso por meio de uma sentença assertiva. (Cf. Frege, 1918, p. 62-3)

Frege demonstrou ter consciência das peculiaridades lingüísticas das expressões indexicais. Numa passagem muito citada de *O Pensamento*⁸, ele distingue três classes de expressões indexicais: as temporais, espaciais e aquelas associadas aos pronomes pessoais. Cito:

“Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra ‘hoje’, terá que substituir esta palavra por ‘ontem’. Embora o pensamento seja o mesmo, sua expressão verbal tem que ser diferente, para que seja compensada a mudança do sentido que, de outro modo, ocorreria devido à diferença de tempo do proferimento. Dá-se o mesmo com palavras como ‘aqui’ e ‘ali’. Em todos estes casos, o mero enunciado verbal, aquilo que pode ser fixado no papel, não é a expressão completa do pensamento. Necessita-se, ainda, para a correta apreensão do pensamento, do conhecimento de certas circunstâncias que acompanham o proferimento e que servem para expressar o pensamento. Isto pode incluir também a ação de apontar com o dedo, gestos, olhares. O mesmo enunciado que encerre a palavra ‘eu’ expressará, quando proferido por diferentes pessoas, diferentes pensamentos, alguns dos quais poderão ser verdadeiros, e outros, falsos.” (Frege, 1918, p. 64.)

Com respeito aos indexicais temporais, numa passagem imediatamente anterior a citação acima, Frege chama atenção para dois usos do tempo presente na linguagem. Um em que o tempo é parte do pensamento e outro em que toda a restrição temporal é completamente irrelevante, porque a eternidade é parte do pensamento. No primeiro caso, onde o tempo presente é parte do pensamento, é preciso saber quando a sentença foi proferida para apreender o pensamento correto. Nestes casos “*o tempo de proferimento é parte da expressão do pensamento*”⁹. O mesmo vale para os indexicais espaciais (‘aqui’ e ‘lá’, por exemplo) e para os pronomes pessoais (‘eu’, ‘você’, etc.). Parece evidente, já a partir da leitura os dois primeiros períodos da citação, que o ponto mais importante não é a mera expressão verbal, mas o pensamento, que precisa poder ser expresso como único e mesmo em diferentes contextos.

O que é relevante para Frege é que, com ou sem indexicais, o processo de apreensão do pensamento, o contato do mundo subjetivo com o “terceiro reino”, deve acontecer por intermédio de alguma linguagem. A impossibilidade de eliminar completamente a indexicalidade das sentenças, como argumenta Beaney¹⁰, não implica em um problema para a

⁸ Perry, 1977, p. 478 e Kaplan, 1977, p. 501 também a citam.

⁹ cf. idem, ibidem.

¹⁰ Beaney, 1997, p. 32-5.

teoria fregeana. Visto que, mesmo com sentenças contendo indexicais, expressamos pensamentos. Cotidianamente os pensamentos são expressos por sentenças que contêm indexicais, e são “apreendidos” normalmente por aqueles que conhecem o contexto relevante.

Com o que foi dito até aqui, damos por apresentado o cenário fregeano para os interesses em questão. Esperamos com esta reconstrução, pelo menos deixar claro como o problema dos indexicais aparece na proposta de Frege. Também ficou explícito que este autor tinha consciência da dificuldade posta pelos indexicais e como este problema aparece lateralmente na sua perspectiva. Passamos agora ao tratamento dos indexicais na perspectiva contemporânea.

2. Designação rígida e indexicalidade

A teoria da referência direta surgiu na segunda metade do século XX, em meio às discussões suscitadas pela semântica da lógica modal. Seus primeiros expoentes e defensores iniciais foram Saul Kripke e Hilary Putnam. Em *Naming and Necessity*¹¹, Kripke introduz a tese da designação rígida, segundo a qual um termo *T* designa rigidamente um objeto *a* se e somente se *T* designa *a* em todas as situações possíveis em que *a* exista e além disto, *T* nunca designa outra coisa em outra situação possível. O caso paradigmático de designador rígido são os nomes próprios. Todos os nomes próprios formam uma classe peculiar, na medida em que se referem diretamente ao objeto designado, sem, por exemplo, a mediação de um sentido fregeano.

A sequência da investigação, também desenvolvida por Putnam (1975), mostra que não só nomes, mas também termos para espécies naturais estão ligados às coisas do mundo atual de um modo especial. Ambos autores defendem que termos de espécies naturais, tais como ‘água’, ‘gatos’, ‘pinheiros’, etc. também designam rigidamente. Para Kripke, os nomes próprios e os termos para espécies naturais têm a referência fixada por uma situação de batismo inicial. Este “ritual” pressupõe a exposição ao objeto nomeado, no primeiro caso, e a uma amostra ou exemplar no caso das espécies naturais. Entretanto, neste último caso, nosso uso dos termos não pode prescindir de certas propriedades que caracterizam a espécie. Propriedades estas que são *a posteriori*, já que é uma questão empírica saber se as características associadas a uma espécie se aplicam aos seus membros universalmente ou não

¹¹ Kripke, 1980.

¹² cf. Kripke, 1980, p. 137.

. Apesar disto, quando a aplicabilidade universal for verdadeira, então a verdade é necessária, como no caso de ‘gatos são animais’, ‘água é H₂O’, etc.¹³.

Putnam, com o celebrado argumento da terra gêmea, dentre outras coisas, pretende mostrar que não é o estado psicológico do falante que determina a referência de um termo. Mesmo que o falante esteja no mesmo estado psicológico que seu duplo na terra gêmea, a referência pode não ser a mesma. O mesmo acontece no exemplo com olmo (*elm*) e faia (*beech*): o mesmo falante, no caso o próprio Putnam, pode não saber diferenciar os dois tipos de árvores, neste caso os estados psicológicos do falante (seus conceitos) são idênticos, mas nem por isto a intensão e a extensão de ambos termos são os mesmos. É por isto, conclui Putnam, que a identificação de *significado* com *conceito* não pode ser correta¹⁴. O aprendizado de um termo de espécie natural é descrito por Putnam como dependendo da exposição ao elemento e da apreensão de uma certa idéia convencional de como o elemento parece, age ou é; que ele chama de *estereótipo*. O estereótipo é o conjunto de características gerais (por exemplo, para ‘tigre’, *ter listras* seria uma delas) que podem servir para identificar integrantes da espécie. Este conjunto de informações pode ser incompleto e parcialmente refutável (temos que poder considerar que um tigre albino ainda seja um tigre)¹⁵.

Assim, já de saída a nova teoria atribui certa indexicalidade aos designadores rígidos, mas são as propostas de Kaplan e Perry que revolucionam o modo de compreender as expressões indexicais, chegando a mostrar que, no contexto da designação rígida, a referência indexical é o caso normal e paradigmático¹⁶. Ambos defendem que as expressões indexicais também são designadores rígidos, ou seja, uma vez que o referente de um indexical esteja determinado por um contexto, o mesmo objeto será relevante para determinar o valor de verdade da sentença que contém o indexical em todos os mundos possíveis¹⁷.

De acordo com Kaplan a classe das expressões indexicais *strictu sensu* tem duas subclasses, a saber, aquelas expressões que requerem um elemento extralingüístico e aquelas para os quais os fatos constitutivos sobre o contexto de proferimento são suficientes para garantir sua referência. No primeiro caso estão aquelas expressões demonstrativas que requerem algo como uma indicação ou o apontar do dedo, etc., para realizar a sua tarefa semântica. Seriam exemplos desta classe de expressões ‘isto’, ‘aquilo’, etc. No segundo caso

¹³ cf. Kripke, 1980, p. 138.

¹⁴ cf. Putnam, 1975, p. 226.

¹⁵ cf. Putnam, 1975, p. 229 ss e 249 ss.

¹⁶ cf. Ruffino, 2007, p. 219.

¹⁷ cf. Kaplan, 1977, p. 512.

temos aquelas expressões cujo agente e/ou o tempo e/ou o lugar são suficientes para garantir a referência. Tal é o caso de ‘eu’, ‘hoje’, ‘aqui’, etc.¹⁸

Kaplan e Perry, assim como Frege, encontram algo a mais entre as expressões lingüísticas indexicais e as suas extensões (referências). No cenário fregeano é o sentido que faz o papel de intermediador da relação da expressão lingüística com a sua referência. O ponto de Kaplan e Perry, contra a explicação fregeana, para ser mais preciso, parte do fato de que as expressões indexicais precisam de algo extraproposicional (que não é um sentido) para “carregar” a referência na sentença.

Para Kaplan, as expressões indexicais trazem associadas consigo uma regra para determinação de sua extensão, é o que ele chama de *caráter* da expressão. O caráter é descrito pelo autor como uma função de contexto a conteúdo, que assinala uma extensão para cada contexto de ocorrência do indexical. Assim, o caráter do indexical ‘eu’, é uma função que assinala a cada contexto de proferimento o agente deste; o de ‘agora’ é uma função que assinala a cada contexto o tempo de proferimento e assim por diante. O mesmo modelo pode ser estendido para nomes próprios: cujo caráter seria uma função que assinala a mesma extensão em todos os contextos (uma função constante). O caráter da sentença é uma composição do caráter das suas partes, de modo que o caráter de ‘eu estou em PoA’ é uma função que a cada agente que a proferir assinala um referente, que é o agente do proferimento, para todos os mundos possíveis. Ela será verdadeira em uma dada interpretação se o agente do proferimento estiver em PoA no mundo possível em questão, e falsa se o contrário. Quando um falante competente compreende um indexical, defende Kaplan, ela compreende o caráter deste, não os possíveis sentidos ou extensões. É o caráter que é o mesmo para todos os falantes, deste modo, duas pessoas que proferem ‘eu estou em PoA’, dizem a mesma coisa, mas isolam proposições diferentes, cada qual tendo um dos falantes como sujeito.

A abordagem de Perry é próxima da de Kaplan neste sentido, embora a perspectiva por onde a questão é considerada seja diferente. Perry foca no contexto de proferimento e atribui a cada indexical um determinado papel (*role*), o qual deve ser assumido pelos elementos relevantes do contexto. O papel semântico de ‘eu’ é assumido por quem quer que profira o *token* num contexto, o de ‘agora’ é assumido pelo tempo de proferimento no contexto em questão, etc.¹⁹ Embora ligeiramente diferentes, as propostas de ambos autores têm como resultado comum que o entendimento que um falante competente tem de um

¹⁸ Kaplan, p. 490-1.

¹⁹ cf. Perry, 1977, p. 480.

indexical não está relacionado nem ao sentido nem a referência, mas ao caráter ou papel que vem associado à expressão linguística.²⁰

De acordo com a aproximação de Kaplan, os estados cognitivos que dizem respeito às sentenças que contêm indexicais estão primariamente relacionados com o caráter e não com a proposição que a sentença expressa. Visto que mesmo com completa amnésia eu posso referir a mim mesmo por meio da expressão ‘eu’²¹, ou sem ter a menor idéia do lugar onde estou, referir-me a ele por meio de ‘aqui’. É sob este pano de fundo que Kaplan introduz o problema da *Dinâmica Cognitiva*, que é a preservação de crenças em diferentes momentos do tempo²². A questão assume de saída uma dupla perspectiva; uma com respeito a crenças que não são sensíveis ao contexto, tais como as verdades matemáticas. De acordo com Kaplan²³ uma sentença que não é sensível ao contexto também tem um caráter, que associa a mesma extensão em qualquer mundo possível (é uma função constante de diferentes contextos na mesma referência). Deste modo podemos explicar como é possível reter a crença na mesma proposição através de diferentes momentos, visto que podemos ter acesso a ela pelo mesmo caráter.

A segunda perspectiva é dada pelas crenças cujas proposições correspondentes são expressas por indexicais. De acordo com Ruffino²⁴, parece haver uma solução na proposta de Frege²⁵, que adaptada ao contexto de Kaplan, sugere que nós acreditamos no mesmo conteúdo proposicional por meio de diferentes caracteres. Para ilustrar a retenção da crença expressa pela sentença ‘hoje eu tenho um encontro importante’; Ruffino afirma que “*ontem, eu pensei o dia do encontro sob o caráter de ‘amanhã’; hoje eu o penso sob o caráter de ‘hoje’; amanhã eu o penso sob o caráter de ‘ontem’; no dia depois de amanhã eu o penso sob o caráter de ‘o dia antes de ontem’, e assim por diante*”²⁶.

Entretanto, Kaplan²⁷ rejeita o modelo segundo o qual a mesma crença pode se dar por meio de diferentes seqüências de caracteres, a partir de um exercício ficcional, com o personagem Rip Van Winkle que, após dormir vinte anos, perdeu a noção do tempo. De modo tal que supõe expressar a mesma crença que ele expressou no dia antes de ter dormido com

²⁰ ver Ruffino, 2007, para uma explicação mais detalhada.

²¹ cf. Ruffino, 2007, p. 11-2.

²² cf. Kaplan, 1977, p. 537-8.

²³ apud Ruffino, 2007, p. 218.

²⁴ Ruffino, 2007, p. 219.

²⁵ em Frege, 1918, p. 64, citada acima.

²⁶ Ruffino, 2007, p. 14.

²⁷ Kaplan, 1977, p. 538.

‘hoje é um belo dia’ por meio da frase ‘ontem foi um belo dia’. O problema do modelo inspirado em Frege é que, como o caso de Rip Van Winkle mostra, é possível preservar a crença (ou pelo menos algo dela), mesmo quando a pensamos sob um caráter que aponta para uma outra crença diferente da original²⁸. Ou seja, manter a mesma crença não parece depender exclusivamente do contexto, visto que uma apreensão errada do contexto é possível sem uma ruptura na crença²⁹.

3. Considerações finais

Com estes breves comentários acerca da semântica fregeana e da dos defensores da referência direta tentamos reconstruir em linhas gerais o panorama de cada teoria. O confronto destes panoramas aponta para uma advertência de Wettstein, que chama a atenção para diferenças de perspectiva. Tendo em mente a reconstrução que propomos neste trabalho, fica fácil concordar com Wettstein, que afirma que a perspectiva principal de Frege é diferente da perspectiva dos partidários da referência direta.³⁰ Com respeito aos partidários da referência direta, Wettstein³¹ afirma que o foco de interesse principal é a conexão entre linguagem e mundo (o reino dos referentes). O objetivo desta corrente seria entender as convenções institucionalizadas que regem a referência dos termos da linguagem. Frege, ao contrário, estaria focado na relação linguagem e mente ou linguagem e pensamentos objetivos. Entretanto, como pretendemos ter mostrado na primeira seção, a atenção de Frege, ao suscitar o problema da indexicalidade em *O Pensamento*, estava na relação mente e o “terceiro reino” dos pensamentos. A proposta de Frege prioriza a objetividade do conhecimento, pretendendo explicar assim porque os pensamentos não pertenciam ao reino mental, nem ao reino das coisas (material) e que, portanto, deveria haver outro reino, com características híbridas (objetivo e não sensível). A linguagem, como o próprio Frege afirma na nota-de-rodapé seis da mesma obra, aparece porque ele é “forçado” a recorrer a ela para apresentar os pensamentos que, de outro modo, são inacessíveis. Ela é importante e mesmo indispensável, seu papel principal é servir como veículo de apreensão e expressão dos pensamentos – de onde advém sua importância na análise destes –, ou o que dá no mesmo, como intermediária entre o reino mental e o “terceiro reino”.

²⁸ cf. Ruffino, 2007, p. 14-5.

²⁹ cf. Ruffino, 2007, p. 15,

³⁰ cf. Wettstein, *Has Semantics Rested on a Mistake*, 1986, apud Ruffino, 2007, p. 235.

³¹ Wettstein, 1986, apud Ruffino, 2007.

Além disto, gostaríamos de considerar ainda dois pontos que certamente vão contribuir para mostrar como a diferença de perspectivas pode ser responsável por incompreensões grosseiras. O primeiro destes pontos é sobre a tese fregeana de que ‘eu’ teria um sentido comunicável. O segundo é sobre o problema de Rip Van Winkle, que, no cenário fregeano, não chega a ser um problema efetivo.

De acordo com Perry³², nada mais incompatível com o sistema de Frege do que a noção de um pensamento comunicável. Ele afirma isto apontando para uma passagem de *O Pensamento*, onde Frege afirma que cada um se apresenta a si mesmo de um modo único e exclusivo e, portanto, que ‘eu’ poderia ter um sentido comunicável³³. Perry não nota, entretanto, que no contexto fregeano o sentido da expressão ‘eu’ não é um pensamento, no sentido técnico que a expressão assume em sua proposta, mas um modo de apresentação de um objeto, no caso, um modo de apresentação do próprio falante. Ou seja, a expressão ‘eu estou em PoA’, dita por mim mesmo, expressa o mesmo pensamento que ‘Evandro está em PoA’; a diferença reside no modo de apresentação do objeto que tem a propriedade de estar em Porto Alegre no momento em questão. É o modo como eu me apresento a mim mesmo, enquanto portador dos meus pensamentos, ideias, sentimentos, etc., que Frege toma como exclusivo e comunicável. Motivo pelo qual, no seu contexto, não é estranho que defenda um sentido comunicável para o nome próprio ‘eu’, na medida em que este pode se referir ao próprio falante com este sentido. Para contornar esta dificuldade, como bem lembra Frege, ‘eu’ pode ser usado com outro sentido que possa ser compreendido por todos, por exemplo, no sentido de ‘aquele que está falando agora’.³⁴

Como já dissemos, com o caso de Rip Van Winkle, Kaplan pretende refutar a resposta para o problema da dinâmica cognitiva que poderia ser adaptada da teoria de Frege. Todavia, o próprio Frege não precisaria se preocupar com o argumento de Kaplan, na medida em que o seu foco principal é a expressão do mesmo pensamento por diferentes sentenças contendo indexicais. Como bem lembra Ruffino³⁵, no sistema fregeano não há crenças ou pensamentos indexicais, só expressões indexicais que, em conjunto com o contexto, levam a proposições eternas (pensamentos), que podem ser objetos da crença. Para Frege não há problema algum se às vezes nos enganamos, como no caso de Rip, que pensava expressar um pensamento enquanto expressava outro. Além disto, o exemplo de Kaplan supõe como premissa, que haja

³² 1977, p. 474.

³³ Frege, 1918, p. 65 s.

³⁴ cf. Frege, 1918, p. 65.

³⁵ 2007, p. 230.

a preservação de algo da crença original na mente de Rip. Mas a discussão conduzida nestes termos seria repudiada por Frege como irrelevante, por abordar a questão de uma perspectiva psicológica.

Para finalizar, recapitulemos os resultados obtidos até aqui. O mais importante, sem dúvida, foi aquele indicado por Wettstein, que mostra que as duas teorias têm em comum o fato de serem teorias acerca das referências das expressões lingüísticas, mas que conduzem a resultados diferentes, e à primeira vista incompatíveis, porque diferem completamente na perspectiva a partir da qual se aproximam da questão. Também esperamos ter mostrado que Frege não está completamente injustificado em admitir um sentido incomunicável para ‘eu’ e que esta tese não chega a ser problemática para sua posição. Ademais, estar imune ao problema de Rip Van Winkle pode ser considerado vantajoso para o cenário fregeano, o que nos leva a concordar com Ruffino³⁶ que afirma que, considerada pragmaticamente, a proposta fregeana é superior.

Bibliografia

BEANEY, Michael (Ed.). Introduction. *In: The Frege Reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997. p. 1-46.

FREGE, Gottlob. Der Gedanke. Eine logische Untersuchung. *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*. 1918. p. 36-51.

_____. O pensamento. [1918] *In: ALCOFORADO, Paulo (Org. e Trad.) Investigações lógicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 9-39.

_____. Thought. [1918] *In: BEANEY, Michael (Ed.) The Frege Reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997. p. 1-46.

_____. Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought. [1879] *In: HEIJENOORT, J. V. From Frege to Gödel. A sourcebook in mathematical logic, 1879-1931*. Lincoln: iUniverse, 2000. p. 5-82.

_____. Sobre o sentido e a referência. [1892] *In: ALCOFORADO, Paulo (Ed. e Trad.) Gottlob Frege – lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix / Universidade de São Paulo, 1978. p. 59-86.

³⁶ Ruffino, 2007, p. 235.

- _____. Digressões sobre o sentido e a referência. [1892-95] In: ALCOFORADO, Paulo (Ed. e Trad.). *Gottlob Frege – lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix / Universidade de São Paulo, 1978. p. 105-116.
- _____. Sobre o conceito e o objeto. [1892b] In: ALCOFORADO, Paulo (Ed. e Trad.). *Gottlob Frege – lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix / Universidade de São Paulo, 1978. p. 87-103.
- KAPLAN, David. Demonstratives. In J. Almog, J.Perry, H. Wettstein, eds., . 1977. p. 481-564.
- KRIPKE, Saul A. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1980 – conferência realizada em 1972.
- PERRY, John, 1977. Frege on Demonstratives. In: SLUGA, Hans. *Philosophy of Frege*. v. 4, Nova York/Londres: Garland Publishing, 1993, p. 180-203.
- PUTNAM, Hilary. The Meaning of “Meaning”. In.: *Mind, Language and Reality*, Philosophical Papers, v. 2, Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 215-271.
- RUFFINO, Marco. *Fregean Propositions, Belief Preservation and Cognitive Value*. In: Grazer Philosophische Studien. *Essays on Frege's Conception of Truth*. Edited by Dirk Greimann, p. 217-236(20), 2007.